

## REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS NO BRASIL

Mariane Teixeira<sup>1</sup>  
Rosália Maria Netto Prados<sup>2</sup>  
Sônia Maria Alvarez<sup>3</sup>

**RESUMO:** *Este artigo apresenta uma discussão sobre as políticas de ensino de línguas que direcionam os discursos e as práticas pedagógicas. O objetivo deste artigo é refletir sobre as políticas linguísticas que constituíram e constituem o contexto social e cultural para o ensino-aprendizagem de línguas. Esta discussão fundamenta-se em teorias linguísticas sobre o uso social da língua. A metodologia, de abordagem qualitativa, trata de uma retomada do percurso histórico de ensino de línguas e descrição de políticas educacionais. As políticas linguístico-culturais refletem discursos historicamente determinados e geograficamente delimitados, uma vez que a visão da língua, em determinada comunidade sociocultural, acha-se sempre em processo de reformulação e em constante processo de mudança.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Linguísticas; Línguas Estrangeiras Modernas; Ensino-Aprendizagem.

**ABSTRACT:** *This article presents a discussion about language teaching policies that guide pedagogical discourses and practices. The purpose of this article is to reflect on the linguistic policies that constituted and constitute the social and cultural context for the teaching-learning processes of languages. This discussion is based on linguistic theories about social use of the languages. The methodology, based on a qualitative approach, deals with a resumption of the historical course of language teaching and description of educational policies. Linguistic-cultural policies reflect discourses that are historically determined and geographically delimited, since the vision of the language, in a certain sociocultural community, is always in the process of reformulation and in constant process of change.*

**KEY WORDS:** Linguistic Policies; Modern Foreign Languages; Teaching and Learning Processes.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade São Marcos e Coordenadora do Projeto de Línguas – Administração Central – Centro Paula Souza - SP

<sup>2</sup> Doutora em Semiótica e Linguística Geral, pela Universidade de São Paulo e Coordenadora de Projetos – Administração Central – Centro Paula Souza - SP

<sup>3</sup> Doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Diretora da Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba – Centro Paula Souza - SP

## Introdução

Neste artigo, propõe-se uma discussão sobre como as políticas públicas de ensino de línguas foram se configurando na educação brasileira. Tais políticas públicas sobre o ensino de línguas no Brasil refletem, diretamente, no processo ensino-aprendizagem que se constituiu ao longo do processo histórico da educação brasileira.

Justifica-se esta reflexão, pois uma discussão sobre política linguística já se caracterizava, ainda que de forma incipiente, no que se refere à Língua Portuguesa, desde os primórdios da colonização brasileira, no século XVI. É pertinente essa consideração, pois a constituição da identidade do povo brasileiro se cria e se desenvolve nesse panorama histórico, político, econômico e social.

Sobre questionamentos em relação às línguas, desde o Romantismo, no século XIX, por exemplo, diferentes explicações e conflitos se estabelecem entre escritores brasileiros e portugueses. No início do século XX, poetas modernistas, como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, dentre outros, enfocavam o conflito do uso que caracterizava o falar brasileiro e já inflamava muitas discussões.

Recentemente, na mídia, em importante emissora de televisão, foram focalizadas questões de diferentes usos da língua materna em um livro didático, apresentados no programa jornalístico como “erros”. Evidencia-se uma política linguística do uso do padrão da escrita na Língua Portuguesa, mas que não aceita os diferentes falares dos brasileiros, com grande clamor midiático. Pretende-se problematizar como a implementação de algumas políticas públicas têm repercutido no ensino de línguas.

Para acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo e fazer parte das negociações internacionais o homem tem que se adaptar à nova forma de negociação e, caso a língua dominante não for a sua língua materna, aprender uma nova língua. Nos últimos dois séculos, as escolas passaram a ser oficialmente o local para a construção desse conhecimento, e há quase um século vimos surgir escolas especializadas no ensino de idiomas, que inicialmente tinham como objetivo fazer com que o aluno dominasse as regras gramaticais e o vocabulário da língua-alvo.

Mais recentemente, no terço final do século XX, as escolas passaram a se interessar também pela cultura e costumes do falante nativo, abordando o folclore dos países de origem e mencionando datas comemorativas, buscando tornar assim o espaço da sala de aula uma pequena amostra de um ambiente onde a língua-alvo é falada. Também no século XX, a educação formal, ministrada nas escolas da rede oficial de ensino público ou privado, também tomou para si um pouco dessa responsabilidade, incluindo em seu currículo línguas estrangeiras.

### 1. Políticas Linguísticas no Brasil e o mundo contemporâneo

A atualidade social que se configura volta-se à transnacionalização das dimensões políticas e econômicas, com seu mercado, com a tecnologia em rápido crescimento e com o individualismo exacerbado. A hibridização do público e do privado é forte neste contexto, a subjetividade consumista, o prazer imediato, o culto à aparência, com o conseqüente declínio da interioridade e da reflexividade como valores. (FABRÍCIO, 2008)

Por sua vez, o processo de globalização é bastante antigo e podem ser citadas as primeiras explorações comerciais regionais lideradas na antiguidade pelos romanos; mais tarde pela Espanha e por Portugal e, na modernidade, pela industrialização na Grã-Bretanha. No mundo pós-guerra, essas articulações político-exploratórias evidenciam-se com a hegemonia americana na economia mundial.

O mundo conheceu o início da emergência dos Estados Unidos da América como potência mundial, assumindo o posto até então ocupado pela Inglaterra. (...) Por meio da imprensa, cinema, literatura, relações comerciais etc. os Estados Unidos vieram a exercer alguma influência sobre nós. Começamos a ter um apreço pelo que veio a ser conhecido como *American Way of Life*.  
(GHIRALDELLI, 2006, p33).

Hoje, a diferença em relação às globalizações anteriores, diz respeito à intensidade das mudanças, com a diminuição da distância espacial e temporal e com a diluição das fronteiras. O traço distintivo dessa fase está representado pelas novas tecnologias de Internet. O mundo globalizado tem promovido a interação entre as mais diferentes nações e, para tal, é preciso que haja a compreensão e o uso de uma

língua em comum, eleita historicamente, de acordo com as relações de dominação existente entre os povos.

É por intermédio do domínio de sua língua materna que o homem vai expressar opiniões e impor seu ponto de vista no seu dia-a-dia, mas é com o auxílio do inglês, na atualidade, que ele vai romper as fronteiras da sua própria língua, principalmente, mas não exclusivamente, nos negócios, e se fazer conhecer, levando sua imagem e a imagem de seu país para o mundo, que cada vez mais se comunica e se globaliza. Além disso, percebe-se que há diversos trabalhos de pesquisa, em programas de Mestrado e Doutorado, por exemplo, que abordam o ensino da língua inglesa, principalmente na rede pública regular. Mas poucos desses trabalhos estabelecem relação entre seu ensino e aprendizado com a sua utilidade social, traduzida em possibilidade de melhor posicionamento profissional ou maiores chances de ascensão social.

Segundo Day (2012), a relevância atribuída ao ensino e à aprendizagem de línguas estrangeiras é proporcional ao crescimento que se configura nas relações interpessoais entre os povos atualmente. Quanto maiores as possibilidades de se estabelecerem relações comerciais, culturais e contatos pessoais com indivíduos de outras partes do mundo, maior é a importância de se dominar outros idiomas além da língua materna.

Para Bauman (2010), no mundo líquido dessa sociedade, a própria essência da ideia de educação, tal como ela se formou, é questionada. A solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, não é mais valorizada. São discussões que se impõem nesse contexto contemporâneo em que o consumo exige sempre a busca de soluções novas em sistemas também novos.

Essa educação caracteriza-se nesse respectivo contexto social. Ainda, segundo Bauman (2010), homens e mulheres desses tempos líquidos procuram consultores que os ensinem a caminhar e não professores que os orientem num percurso único. Na contemporaneidade, caracteriza-se um saber operativo, nem tanto um saber específico e, para Bauman, o atual culto da educação permanente tem sua parte de concentração na necessidade de atualizar o saber-fazer na informação profissional.

Delinea-se, no contexto contemporâneo, um discurso político-educacional que pretende uma articulação com a sociedade brasileira como um todo, num esforço

para a transformação do sistema educacional do Brasil, a partir de 1996, com a LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, depois com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e contemporaneamente com as discussões propostas nas novas diretrizes curriculares. Os discursos político-educacionais de formação do professor para o ensino da LE trazem subjacentes sistemas de valores, politicamente constituídos no contexto sociocultural, com todos os desafios que se lhe impõem.

Não é só oportuna essa questão sobre formação, mas pertinente, pois a transformação do sistema educacional tem que passar pela escola, porque é urgente a construção de um novo sentido de cidadania, um olhar sobre a diversidade e sincretismo cultural para a redução da diferença. São conceitos que caracterizam o discurso das políticas públicas educacionais. É evidente a importância do papel da escola para a educação básica, responsável para formação integral do ser humano. Considera-se, assim, relevante esta reflexão sobre as políticas de ensino da língua materna e estrangeira, e o efetivo exercício da cidadania.

## **2. Políticas Públicas e ensino da LE**

O ensino de LE, nas últimas décadas, Segundo Day (2012), tem sido trabalhado no Brasil, segundo duas perspectivas: uma, preferencialmente metodológica, que se limita ao campo da sala de aula, em que se abordam questões no que se referem à formação e atuação do professor, além de temas relativos à construção da identidade do aluno; e outra, preferencialmente política, que trata de temáticas relativas à escolha da LE, ao impacto da hegemonia de uma língua estrangeira sobre outra, ou às relações de força que se estabelecem entre línguas dentro de um mesmo território, etc. (DAY, 2012, 3).

Nos dias atuais, a globalização tem favorecido o contato entre nações e o fortalecimento de uma língua padrão para negociações. No ramo das comunicações, o impacto da globalização foi ainda maior, pois vivemos hoje em dia a época da sociedade de informação, na qual a informática exige não só o conhecimento digital como também noções de língua inglesa para acessar a maioria dos programas. A expansão cada vez maior da internet tem aproximado os povos e alterado a maneira de se pensar e agir. É claro que todas essas alterações no mundo e na sociedade

provocaram alterações no trabalho e nas relações familiares, exigindo também reformulações na estrutura escolar. Sabemos que a educação tem assumido cada vez mais um caráter político, uma vez que auxilia na formação de cidadãos.

As políticas públicas culturais e educacionais, produzidas no contexto contemporâneo e voltadas ao ensino de línguas para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, direcionam as práticas pedagógicas. Para Geraldi (2008), nos dias atuais, a escola não se configura mais como o lugar de informação, pois os meios de comunicação e o próprio trabalho em um mundo globalizado tira ou desfoca essa função escolar.

Quanto ao ensino da língua materna, Geraldi (2008) elabora uma retrospectiva histórica sobre o percurso da Língua Portuguesa e seu ensino, no Brasil. E inicia sua exposição com a implantação do Português no Brasil, com o Marquês de Pombal, que proíbe o uso das línguas gerais. Refere-se, assim, ao glotocídio de 180 línguas indígenas, aqui ocorrido até fins do século XIX.

A partir do início do século XX, a inteligência nacional preconizou o purismo linguístico que segue até a Semana de Arte Moderna, com Mário de Andrade e sua aproximação da Língua Portuguesa com o povo. De 1945 a 1960, centram-se os estudos no ensino da gramática, na correção gramatical. E, com a Ditadura Militar, em 1964, desaparece a reflexão sobre a língua, que passa a ser vista como Comunicação e Expressão.

Os Planos Curriculares da Secretaria de Educação do município de São Paulo, para Geraldi (2008), e as Propostas Curriculares da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo servem de modelo para os PCN. Vale lembrar que os planos e as propostas curriculares viram parâmetros, modelos a serem seguidos, com a ação como consequência, pois assim que um modelo é implantado se seguem ações para sua implementação.

Em 1998, surgem PCN com base nas propostas curriculares já mencionadas. Aqui são parâmetros a serem seguidos como modelos e o professor, de um modo geral, sem conhecimento das teorias que embasam tais parâmetros, não os consulta, pois precisam de programas de formação continuada para pôr em prática um novo modelo. Surgem textos, artigos explicativos para o uso e adequação aos parâmetros curriculares.

Os PCN (BRASIL, 1998), para impulsionar uma democratização social e cultural mais efetiva, no sentido de atender às políticas nacionais de ensino, segundo a LDB nº 9394/96, apresentam três áreas em que são organizadas as disciplinas: Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Humanas e Linguagens e Códigos.

Na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias estão agrupadas as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Artes e Informática. E os PCN referem-se ao ensino de Língua Estrangeira Moderna, com a finalidade de que o aluno se aproprie dos bens culturais que a LE engloba, que lhe permitam acesso à informação em sentido amplo, além de uma inserção social mais qualificada, da qual poderá beneficiar-se e sobre a qual poderá interferir (BRASIL, 1998).

O caráter prático do ensino da língua estrangeira permite a produção de informação e o acesso a ela, o fazer e o buscar autônomos, o diálogo e a partilha com semelhantes e diferentes. Para isso, o foco do aprendizado deve centrar-se na função comunicativa por excelência, visando prioritariamente a leitura e a compreensão de textos verbais orais e escritos – portanto, a comunicação em diferentes situações da vida cotidiana (BRASIL, 1998, p. 94).

Hoje, focaliza-se a não objetividade da ciência, sem verdades absolutas. Relaciona-se o ensino-aprendizagem de línguas com o exercício de poder, com as atuais políticas linguísticas e as questões próprias das linguagens, como, por exemplo, as variações linguísticas.

A leitura dos PCNs-LE nos faz perceber uma tendência no domínio da língua inglesa como língua estrangeira no cenário nacional e mundial, tendência provavelmente reforçada pelo aumento do poderio norte-americano e pelas relações estabelecidas entre esse país e o Brasil. É importante salientar que deve haver a preocupação em desenvolver, em sala de aula, a consciência crítica do uso da linguagem na vida social e de se viabilizar a compreensão sobre o mundo em que se vive, fazendo uso, inclusive, do ensino de línguas, como forma de ampliar o acesso à informação e cultura, expandindo a visão de mundo. O aluno deve ser qualificado para ter acesso à comunicação internacional, dando à língua estrangeira a mesma importância dada às outras disciplinas. Acredita-se que para acessar informações, culturas e grupos sociais de maneira não estática será necessário dar ao aluno noções

básicas de outras habilidades além da de leitura, associadas a uma conscientização das possibilidades do uso da língua e da adequação dos registros em cada situação. Não é apenas uma questão de se ensinar a leitura, a escrita, a fala e a compreensão auditiva. É necessário ir além do ensino puro e simples da gramática de forma mecânica. É necessário fornecer ao aluno ferramentas para que ele desenvolva, com autonomia, a capacidade de se comunicar nas mais diversas situações, fazendo uso dos recursos que tem ao seu alcance para se comunicar, como o uso de tecnologias por exemplo. De maneira geral, as orientações para o Ensino Médio são mais abrangentes e focam mais diretamente a formação de um cidadão e o preparo para o trabalho, além do preparo para a continuidade nos estudos em nível superior. O professor é instruído a ensinar de maneira contextualizada e interdisciplinar, buscando incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender dos alunos.

Esse novo quadro se sustenta, pois a função tradicional do ensino, a instrumental (focada na leitura), resultou em diferentes deficiências, em função do uso oral rudimentar, da língua fechada em grupos sociais, da falta de domínio de estruturas linguísticas, estando apenas centrada no ganho lexical e na aprendizagem de gramática. A escola, portanto, deve propiciar, hoje, uma diversidade de interações, com diferentes usos da língua em instâncias privadas e públicas, com a concepção de linguagem como atividade constitutiva, cujo *locus* de realização é a interação verbal, com o uso linguístico voltado à leitura e à produção de textos, com a utilização da Pragmática, da Análise de Discurso e da Sociolinguística, novas correntes linguísticas aplicadas às metodologias de ensino de línguas.

Num processo de democratização do ensino de língua materna, a presença das camadas populares na escola que, por sua vez, não só se distanciam do padrão da escrita, como também apresentam a falta de familiaridade com os saberes tradicionais exigidos pela escola, fez com que se estabelecessem conflitos no ensino de línguas. Nesse contexto, havia a

necessidade de se estudar e trabalhar as variedades linguísticas que constituem os diferentes grupos sociais que passam a frequentar a escola. Prega-se, assim, uma ordem social mais justa, com o respeito à variedade linguística do aluno frequentador dos bancos escolares, fundamentada em novas teorias linguísticas.



Em 2008, tem-se a Proposta Curricular e, a seguir, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, como reforço e esclarecimentos aos já mencionados Parâmetros Curriculares. Por eles são levantadas questões teóricas atuais sobre texto, gênero e letramento e os professores atuantes em sala de aula carecem de fundamentação teórica para esse trabalho. A par dessa teorização de base linguística, outras questões teóricas também se impõem, como a da tecnologia no ensino, com as sociedades digitais.

Diferentes letramentos são discutidos, à luz dessas novas tendências, com as linguagens em transformação. Por sua vez, a sala de aula torna-se desatualizada e, em cursos de formação de professores de línguas, em muitas situações e disciplinas, não há valorização da presença e visibilidade da diversidade cultural e social.

Para Masetto (2012), a carência de formação não prepara o professor para as atuais inovações, que não incluem somente as tecnologias de Informação. Para o autor a inovação se marca por projetos em movimento e a escola permanece estática.

Para Signorini (2012), os novos letramentos aparecem em ambientes multi e hipermediáticos, que acarretam para a formação do professor de Língua Portuguesa um caráter *disruptivo* de muitas das práticas de uso da linguagem em sala de aula, em relação ao tradicional letramento grafocêntrico, conhecido e sua conseqüente relação a padrões de uso da língua, tidos como alvo para o ensino/aprendizagem e as necessidades e oportunidades criadas por tais práticas que não permitem uma fronteira clara entre elas. Melhor seria usar a metáfora de borda, ou seja, identificar as mudanças a partir de um antes (ensino tradicional) e um depois (após o foco ao processo), para integração das práticas antigas e das novas.

Ainda, segundo Signorini (2012), o professor deve, na atualidade, negociar as diferenças linguísticas e culturais, o acesso às diferentes linguagens profissionais, promover o engajamento crítico para o sucesso individual, tanto dos educadores quanto dos alunos, como participantes ativos, de uma pedagogia como design, cujo foco sejam as metodologias e a didática.

## Considerações Finais

As reflexões estabelecidas sobre as políticas linguísticas para o ensino constituem a identidade do professor e do aluno de LE na contemporaneidade. Tais políticas refletem o percurso de formação do brasileiro enquanto povo, com as diferentes políticas comuns a diferentes povos colonizados e sua consequente emancipação política e econômica, sem desconsiderar os ganhos com a globalização e suas consequências.

O processo de ensino-aprendizagem, na atualidade, retoma, em princípio, diferentes visões das teorias linguísticas, sem que se tenha consciência dessas teorias, pois quando surgem novos modelos, esses vêm a partir de novas pesquisas e estudos. As condições de produção específicas que regem a interpretação da linguística, em termos teórico-metodológicos, em sala de aula, são as que se apreendem do momento histórico-social em que seu uso se situa, como visto nas considerações acima elencadas.

Vale lembrar que as políticas linguístico-culturais refletem discursos historicamente determinados e geograficamente delimitados, pois a visão da língua, em determinada comunidade sociocultural e linguística, acha-se sempre em processo de reformulação e em constante processo de mudança o que, de forma contraditória, transmite a seus membros o sentido de estabilidade e continuidade.

Impossível negar, também, que a tecnologia atual mostra uma mudança de valores, com diferentes normas de socialização e diferentes modelos de identificação, inclusive em termos educacionais e linguísticos.

No cenário atual, o professor de uma língua estrangeira deve estar atento e buscar utilizar as estratégias e recursos disponíveis de forma a promover situações mais próximas ao contexto externo, levando o aluno a produzir perguntas e respostas, isto é, um aluno ativo, tanto fechadas quanto abertas, para que a comunicação se efetive e esteja o mais próximo possível da realidade. Para isso, as ferramentas tecnológicas são de extrema importância.

## Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário**. Trad. De Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. PCN+, 1998. Disponível em <  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf> > Acesso em 23/09/2017.

DAY, Kelly. Ensino de Língua Estrangeira No Brasil: entre a Escolha Obrigatória e a Obrigatoriedade Voluntária. In **Revista Escrita**. Nº 15, 2012, p.1-13. Disponível em  
<<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/20850/20850.PDF>> Acesso em 15/09/2017.

FABRICIO, B.F Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem – redescrições em curso. In: Moita Lopez (org.) **Por uma linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p.45-63

GERALDI, J.W. Correlações entre as situações políticas e as preocupações com a Língua Portuguesa. In: CINTRA, A. M. M. **Ensino de Língua Portuguesa – reflexão e ação**. EDUC: São Paulo, 2008.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

ILARI, R. **Proposta Curricular para o ensino de Língua Portuguesa - 1º grau**. São Paulo: SE/CENP, 1988, p.7 (epígrafe)  
2008.

MASETTO, M.T. Inovação Curricular, tecnologias de informação e comunicação e formação de professores. In: Signorini, I. e Fiad, R. S.(orgs.) **Ensino de Língua** Das reformas, das inquietações e dos desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.230-247.

SIGNORINI, I. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

SIGNORINI, I. Letramentos multi-hipermidiáticos e formação de professores de língua. In: Signorini, I. e Fiad, R. S.(orgs.) **Ensino de Língua** Das reformas, das inquietações e dos desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.282-303.